

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA



Trevisan Jr. critica novo hospital que deve funcionar em anexo à UPA

Vereador diz que “novo hospital” é UPA rebatizada e faltam médicos

O vereador Laércio Trevisan Jr. (PL) criticou o anúncio de criação de um novo hospital municipal em Piracicaba e relacionou a proposta à falta de profissionais na rede pública. Segundo ele, a estrutura anunciada já existe como anexo da UPA Piracicamirim e estaria sendo apenas “rebatizada”, sem ampliação real. O parlamentar afirmou que não houve abertura de concursos para médicos e outras áreas da saúde nos últimos meses e apontou superlotação nas UPAs, redução de repasses a hospitais e problemas estruturais, como mofo, salas deterioradas e equipamentos quebrados, além de ventiladores e ar-condicionado sem funcionamento, classificando a medida como “venda de ilusão”. Na mesma fala, também comentou a importância do voto e criticou a falta de manutenção em espaços públicos.

Piracicaba busca reintegração na Castro Neves

Piracicaba solicitou reunião com o Ministério Público e o DER para discutir a reintegração de posse na Comunidade Castro Neves, onde vivem cerca de 150 famílias. O objetivo é avaliar a necessidade da desocupação e possíveis alternativas para reduzir impactos sociais. O município afirma que ainda não há acordo e que busca soluções técnicas antes de qualquer medida. A área fica às margens da SP-147, e a Prefeitura quer entender exigências legais e ambientais antes de definir encaminhamentos.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA



Comunidade Castro Neves está localizada nas margens da SP-147

CPI aperta Conecta por falhas na iluminação

A CPI da Conecta, na Câmara de Ribeirão Preto, avançou na apuração de falhas e atrasos na iluminação pública. Vereadores cobraram transparência após ausência de empresas notificadas em reunião. O colegiado decidiu enviar novos ofícios e não descarta acionar Ministério Público e Tribunal de Contas. Também está em análise possível reequilíbrio do contrato, diante de metas não cumpridas. A comissão ainda avalia convocar o secretário de Governo para esclarecimentos e cobrar informações detalhadas sobre a execução do serviço.

Prefeitura alerta sobre cursos falsos em Iperó

A Prefeitura de Iperó alerta a população sobre a oferta de cursos preparatórios para concurso público que utilizam indevidamente o brasão ou logomarca do município. O Executivo reforça que não oferece, promove ou indica esses cursos, nem a empresa organizadora do certame. A orientação é desconfiar e buscar apenas canais oficiais antes de pagamentos ou envio de dados pessoais.

Adicional noturno

O vereador Nelson da Farmácia apresentou requerimento pedindo estudo para revisão do adicional noturno da Guarda Civil Municipal. A proposta é elevar o índice de 20% para 30% e ampliar a base de cálculo. Ele também solicita análise técnica e impacto financeiro. Na sessão, foi aprovado projeto que denomina via no bairro Água Branca.

Vagões abandonados

A Prefeitura de Bauru e a concessionária Rumo definiram a retirada de vagões abandonados na linha férrea, muitos na região central. Ao todo, 328 unidades devem ser removidas a partir de setembro. Parte já tem autorização da ANTT e do DNIT. A ação deve melhorar a segurança e reduzir riscos à saúde pública, além de contribuir para a limpeza urbana.

Melhorias no Campestre

O vereador Flávio do Posto pediu a ampliação dos horários de ônibus em Boituva, com foco nos bairros mais afastados e maior demanda, incluindo fins de semana. Também solicitou melhorias no Campestre, como bancos, iluminação e limpeza de bueiro. As demandas seguem para análise do Executivo municipal.

Maria Claro

Representante do Instituto Maria Claro pediu à Câmara de Sorocaba novas emendas para 2027. Segundo a entidade, são necessários R\$ 2 milhões para manter serviços de saúde que atendem cerca de 200 crianças. Parlamentares elogiaram o trabalho e sinalizaram apoio. A instituição atua há 33 anos com reabilitação gratuita.

Igreja do Rosário

A Câmara de Taubaté realizou audiência para discutir o restauro da Igreja do Rosário, patrimônio histórico da cidade. O encontro reuniu vereadores, Diocese e sociedade civil. Participantes destacaram a necessidade de união para viabilizar o projeto. A Prefeitura afirmou que busca recursos e acompanha o processo.

Comissão de Finanças

A Comissão de Finanças da Câmara de Bragança Paulista aprovou pareceres a projetos, incluindo proposta do Executivo que revoga leis sobre doação de imóveis. O relator pediu mais informações sobre os motivos. Também avançaram projetos sobre cuidador familiar, acessibilidade e data comemorativa. As matérias seguem para discussão.



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA

TJ-SP declara inconstitucional lei de doação de alimentos em Piracicaba

TJ-SP derruba lei de Piracicaba que dificulta doação de alimentos

Órgão considera norma inconstitucional por criar exigências excessivas

Da **Redação**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade da Lei nº 10.435/2025, de Piracicaba, que estabelecia regras para a distribuição de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade. A decisão atende a ação proposta pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que apontou excesso de burocracia e conflito com normas federais.

Segundo o tribunal, a legislação municipal criou exigências mais rigorosas do que as previstas na Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (Lei nº 15.224/2025), invadindo competência da União. Para o relator, desembargador Vico Mañas, a norma interferia no regime jurídico da doação ao impor obrigações desproporcionais a entidades e cidadãos.

Na decisão, o magistrado destacou que a lei federal busca incentivar a doação de alimentos, com critérios mais flexíveis, enquanto a norma municipal seguia caminho oposto ao impor condicionantes que dificultariam a prática. Entre as exigências estavam procedimentos formais, registros, vistorias e

regras que poderiam desestimular a atuação de entidades e voluntários, além de ampliar a burocracia para ações solidárias.

O tribunal também avaliou que houve violação ao princípio da razoabilidade, ao criar entraves para iniciativas de caráter assistencial. Em seu voto, o relator afirmou que a burocratização excessiva poderia inviabilizar ações espontâneas de doação, especialmente em situações de urgência social. Ele ressaltou ainda que a legislação nacional foi estruturada para incentivar práticas solidárias e reduzir o desperdício de alimentos.

Outro ponto citado foi a ausência de interesse estritamente local que justificasse regras mais rígidas do que as nacionais. A corte também considerou que a norma poderia gerar insegurança jurídica para entidades e voluntários envolvidos nas ações.

Com a decisão, a lei deixa de produzir efeitos, e a doação de alimentos no município passa a seguir os parâmetros federais.

A Prefeitura de Piracicaba informou que ainda não foi intimada da decisão judicial e que, assim que for notificada, analisará o teor da decisão e adotará as providências.